

NOME _____

N^o _____

SÉRIE _____

DATA _____

HISTÓRIA

Roteiro de recuperação final – 7º ano/2019

CONTEÚDOS A SEREM TRABALHADOS

- A Idade Média
 - A formação da Europa, unidade religiosa e unidade política
 - Reinos Romano-germânicos
 - O caso do reino franco
 - As rotas comerciais e as cruzadas
 - Os burgueses e o fortalecimento dos burgos
- Brasil colonial – séculos XVI e XVII
 - Interesses (econômicos, sociais e religiosos), envolvendo a instalação de portugueses
 - As especificidades de Santos e São Vicente (engenho, forte, porto)
- Imaginário sobre os povos indígenas:
 - Representações sobre a chegada dos primeiros colonizadores e o contato entre europeus e os povos indígenas
 - Ocupação do território no século XVI. Alianças, destruição e competição internacional

LEITURAS

- Apostila: Textos extraídos do livro “A Idade Média explicada aos meus filhos” e “A Carlos o que era de César”
- Apostila e fichas: Todos os textos relacionados ao projeto viajantes “Trechos da carta de Pero Vaz de Caminha”, “A verdadeira história dos selvagens nus e devoradores de homens”,

ENTREGAR NO DIA DA 2ª AULA DE RECUPERAÇÃO

1. A partir da leitura dos textos extraídos do livro “A Idade Média explicada aos meus filhos”, na apostila: elaborar uma questão para cada um dos textos. Lembre-se que uma boa questão deve ter um caráter reflexivo, e não se restringe a respostas sim ou não, mas permite uma reflexão sobre o processo ali expresso.

ENTREGAR NO DIA DA PROVA DE RECUPERAÇÃO

2. Exercícios a seguir, baseados no texto:

REGISTROS FUNDADORES: AS PRIMEIRAS VISÕES DE ESTRANGEIROS

Ver com os próprios olhos! "É assim que nosso livro vos contará em clara e boa ordem, como Marco Polo as descreve, porque as viu com seus próprios olhos", escreve o explorador veneziano na abertura do relato no qual narra suas viagens. Cristóvão Colombo, em missiva a Santangel, relata o que viu e o que não viu (homens monstruosos, por exemplo) no Novo Mundo.

Pêro Vaz de Caminha, em sua famosa carta ao rei D. Manuel adverte: "Creia bem por certo que, para aformosear nem afear, não porei aqui mais do que aquilo que vi e me pareceu". Hans Staden também destaca o próprio testemunho: "Eu vi e assisti a todas estas cerimônias", afirma em um relato emocionante, publicado em 1557, sobre suas aventuras no Brasil.

Nesse mesmo ano, em As singularidades da França Antártica, André Thevet expõe as observações de sua curta estada em terras brasílicas "por ter observado ocularmente". E Jean de Léry, em História de uma viagem feita na terra do Brasil, de 1578, explica ao leitor que, "se alguém achar ruim que use com muita frequência este modo de falar: eu vi, eu me encontrava, isso me aconteceu - e coisas semelhantes, respondo que isso é falar de ciência, isto é, de vista e de experiência". Autopsiar, portanto, servir-se do olho como marca de enunciação, como intervenção do narrador no relato, para provar. Eis uma prática constante, quase um método, das narrativas de viagem desde Heródoto.

Os relatos quinhentistas formam um conjunto de ensaios cujas informações contribuíram à sistematização de conhecimentos sobre o Brasil. Tais relatos, ao descreverem os homens, a natureza, os animais, ao criarem taxonomias, fazerem projeções cartográficas, desenharem, batizarem, assumem a condição de registros fundadores. Como os viajantes de Júlio Verne,

são "nomeadores que participam da gênese de um mundo pela nomação", quer dizer, "o gesto simbólico de fazer a história nomeando as coisas".

De modo geral, os relatos do século XVI narram, sobretudo, os primeiros contatos com os povos nativos. É a visão do não europeu, do não cristão, do "outro". Uma dessas primeiras percepções refere-se à nudez dos índios: "A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andavam nus, sem cobertura alguma. Não fazem o menor caso de encobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto", diz Caminha. Thevet anota que os índios "viviam todos nus como quando saíram do ventre da mãe, tanto os homens quanto as mulheres, sem nenhuma vergonha".

Essas imagens, quando associadas às descrições de um ambiente tropical e paradisíaco e a um modo de vida "primitivo" (do ponto de vista do europeu, obviamente), colaboram para uma "estetização" do índio e, em pouco tempo, para a formação do mito do "bom selvagem", que se desenvolve de Montaigne ao Iluminismo, deixando suas marcas também no romantismo brasileiro do século XIX. Assim, pode-se dizer, com certa imaginação histórica, que Peri existiu, pois o personagem principal de O guarani é, segundo seu autor, um índio que representa verdadeiramente sua raça.

Um texto do século XVI, que frequentemente é identificado ao gênero dos relatos de viagem, auxilia José de Alencar na descrição do nativo: "Preferi guiar-me por Gabriel Soares, que escreveu em 1580, e que nesse tempo devia conhecer a raça indígena em todo o seu vigor, e não degenerada como se tornou depois". O personagem da ficção é construído a partir de um elemento exterior ao relato: um texto cuja credibilidade repousa na certeza de que aquilo que foi visto pelo narrador é confiável.

Uma segunda percepção, relacionada aos costumes indígenas, presenciada por alguns viajantes é a da prática do canibalismo. Os nativos matam e comem seus inimigos por "mera vingança", como se lê em vários relatos, sendo que Hans Staden oferece uma descrição metódica do ritual antropofágico, inclusive com ilustrações feitas por ele mesmo que, além de conferirem uma densidade visual ao texto, ausente em outras narrativas, proporcionam à iconografia da época novas perspectivas de representação das cerimônias nativas.

No entanto, por mais condenáveis que possam ser tais ritos, eles, em última instância, poderiam ser comparados, como faz Montaigne, às atrocidades do Velho Mundo. O próprio Staden padeceu da falta de compaixão dos franceses, que o deixaram entre seus alçozes para evitarem uma eventual represália comercial dos nativos. Para o viajante quinhentista, seja ele um mercenário, um religioso ou um filósofo, a realidade brasileira é, às vezes, melhor, igual ou pior do que a dele foi ou é, ou simplesmente é diferente, exótica ou absurda.

A visão dos viajantes revela também o "maravilhoso" do Novo Mundo. Os portugueses, por exemplo, sujeitos à política de sigilo da Coroa (o que fez que muitos relatos só viessem a

público no século XIX), seriam menos afeitos ao "gosto da maravilha e do mistério", de acordo com Sérgio Buarque de Holanda. Nada, entretanto, que impedisse Pêro de Magalhães Gandavo de acreditar na existência de monstros marinhos, "ainda que raros". Todavia, não há dúvida de que a sobriedade e a busca de objetividade caracterizam os textos portugueses, não sendo por outra razão que Gabriel Soares de Sousa torna-se, no século XIX, o paradigma de uma fonte histórica.

Alguns franceses, em contraposição, presentes na costa brasileira desde o início do século XVI, com a expedição do capitão Gonville em 1503, e depois no Rio de Janeiro - onde fundam, em 1555, a França Antártica -, seriam considerados como "amigos da imaginação".

A experiência francesa foi testemunhada pelo cosmógrafo André Thevet, entre 1555-1556, e pelo teólogo Jean de Léry, entre 1557-1558. Nela, tanto um quanto o outro viram coisas estranhas, próximas aos mirabilia, desde povos milenares como as amazonas aos animais "fantásticos" - por exemplo, o bicho-preguiça, que se alimentaria de vento.

Sobre o bicho-preguiça, Gabriel Soares de Sousa considera, de fato, um "animal mui estranho", porém com "nome certo" posto que é "mui acomodado, pois não há fome, calma, frio, água, fogo, nem outro nenhum perigo que veja diante, que o faça mover uma hora mais que outra". Além disso, o preguiça guarda certa semelhança com o cão ("felpudo e do mesmo tamanho") e com o gato (por causa de sua cabeça e dos dentes). As fêmeas têm um filho de cada vez e comem tão pouco que podem ficar de 15 a 20 dias sem se alimentarem.

A descrição parte de um conjunto de equivalências lógicas e coerentes, podendo ser compreendidas facilmente pelo leitor. Desse modo, o animal é comparável ao cão e ao gato, sua cor não é inabitual e, se come pouco, ao menos come. Ele não se inscreve, por conseguinte, em um campo da zoologia fantástica ou das criaturas inimagináveis, como acreditavam Thevet e Léry ou seus informantes. Para o português, o animal podia ser esquisito, mas não era impensável, apenas seria diferente, exótico, talvez.

O fato de Léry ter aprendido o idioma tupi e citar frequentemente no seu relato palavras em língua nativa, acompanhadas de sua tradução e explicação, "produz, conforme o historiador François Hartog, seguramente um efeito de exotismo, mas também um efeito de seriedade".

Não obstante essas disputas, os viajantes inserem-se em um regime de historicidade, a Renascença, onde o "maravilhoso" começa a ser redimensionado. O próprio Thevet nomeia seu relato de "singularidades", uma noção mais próxima da observação do específico, mesmo do diferente, mas não necessariamente do fabuloso. Não seria diferente com Hans Staden. O viajante alemão narra sua prisão durante nove meses entre os tupinambás e o ritual do sacrifício antropofágico do qual seria a vítima e como escapou milagrosamente da morte. Seu

relato é considerado um "documento único para os antropólogos (e historiadores) dos séculos futuros", como se lê na introdução moderna à obra.

A viagem e seu relato é um discurso de "prova" que serve, a partir do século XVI, não somente à história, mas à teologia, à moral, à filosofia e ao direito. Não é por outra causa que o exigente Varnhagen não apenas utiliza relatos de viagem como documento histórico para comprovar seus argumentos sobre a história do Brasil, como recompõe e publica diversos códices por ele mesmo encontrados, como, por exemplo, fez em 1839 com o Diário da navegação da Armada que foi à Terra do Brasil - em 7530, de Pêro Lopes de Sousa; ou ainda o livro de Gabriel Soares de Sousa, a quem, inclusive, após ter consultado e confrontado várias edições, restituiu, definitivamente, a autoria do texto, uma vez que a "obra corria espúria, pseudônima, e corrompida no título e na data".

Através da aplicação dos rigorosos métodos da ciência histórica oitocentista, os relatos de viagem são reconstituídos e corrigidos, porém a experiência primordial do viajante - a visão - continua mantida. Se acreditar nos historiadores é acreditar nos seus documentos, crer nos viajantes é crer nos seus olhos. Como diria o capitão Burton, "ver não é saber, mas crer".

Responsáveis, ao lado de outros, é claro, por esta "retórica da alteridade", os viajantes transformam pela escrita aquilo que lhes diziam os testemunhos, o que lhes diziam seus olhos, em imagem, em evidência, para o leitor. "Bom pé, bom olho", dizia Léry. Uma arqueologia do olhar poderia nos mostrar como o ver do viajante não era nem dado nem descoberto, mas construído. Finalmente, presentes lá onde o visível (os índios nus) e o invisível (as amazonas) cruzam-se, situados entre um tempo e um espaço no qual a realidade imaginada e a imaginação do real sobrepujam-se, os viajantes produziram matéria para a história, desde dados socioeconômicos e cartográficos a impressões culturais e psicológicas.

E tudo graças à experiência vivenciada, sem a qual as reflexões filosóficas e teológicas não passam de abstrações da escolástica. Nesse sentido, *experientia est rerum magistra*. A experiência é a mestra de todas as coisas.

Temístocles Cezar

Prof. de História da UFRGS

Revista História Viva – O olhar dos viajantes, N. 1, 2010

DISCUTINDO O TEXTO

1. Anote as principais temáticas presentes em um relato de viagem do século XVI.
2. Explique por que os viajantes sempre procuraram justificar terem visto o que nomearam.
3. Os viajantes colocaram lugares nos mapas e lhes deram nomes. Identifique dois locais nomeados nos relatos de viajantes que lemos anteriormente, sendo um de origem indígena e outro, europeu.
4. Explique a afirmação: "Uma arqueologia do olhar poderia nos mostrar como o ver do viajante não era nem dado nem descoberto, mas construído."